

Texto, gênero textual e tipos de discurso: revisitando conceitos-chave na perspectiva do Interacionismo Sociodiscursivo¹

Texto, género textual y tipos de discurso: *revisitando palabras clave en la perspectiva del Interaccionismo Sociodiscursivo*

Hermano Aroldo Gois Oliveira²
Regina Celi Mendes Pereira³

RESUMO

Em contexto nacional, o profícuo contato de investigações com o quadro teórico-metodológico do que se convencionou chamar de Grupo de Genebra – ao qual pertencem teóricos como Bronckart (2006), Schneuwly e Dolz (1996, 1997) – deu-se pela difusão dos estudos do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), por intermédio da publicação de Machado (1998) e, sobretudo, da tradução de Bronckart (1999). Com efeito, de caráter teórico, o presente artigo busca visitar conceitos importantes do método de análise e do modelo da organização dos textos do ISD, de modo a sistematizar algumas das contribuições de ordem da epistemologia e da prática para o estudo da linguagem, no tocante, em especial, às perspectivas de texto, gênero de texto e tipos de discursos. Este estudo ancora-se em princípios da Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 2006), mediante fundamentos teóricos interdisciplinares, com destaque para reflexões acerca dos seguintes conceitos: agir linguageiro, (BULEA, 2010; BRONCKART, 1999; 2008); texto, arquitetura textual, tipos de discurso (BRONCKART, 2006; 2008; 2012) e gênero de texto (BRONCKART, 1999; BRONCKART, 2005; BAKHTIN, 2011). Em síntese, infere-se a dinamicidade do Interacionismo Sociodiscursivo, compreendido como um processo em desenvolvimento, cujo principal postulado é a linguagem vista como elemento central e decisivo para a chamada ciência do humano, princípio fundante da corrente.

Palavras-chave: Interacionismo sociodiscursivo. Texto. Gênero textual.

RESUMEN

En contexto nacional, el profícuo contacto de investigaciones con el cuadro teórico-metodológico del Grupo de Ginebra – al cual pertenecen teóricos como Bronckart (2006), Schneuwly (1994, 1997) y Dolz (1996, 1997) – se dio por la difusión de los estudios del Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) por intermedio de la publicación de Machado (1998) y, principalmente, por la traducción de Bronckart (1999). Con efecto, el presente artículo de naturaleza teórica busca visitar conceptos importantes del método de análisis y del modelo de organización de los textos del ISD, de modo a sistematizar algunas de las contribuciones de orden de la epistemología y de la práctica para los estudios del lenguaje. Este trabajo se fundamenta en los principios de la Lingüística Aplicada (MOITA LOPES, 2006), delante fundamentos teóricos interdisciplinares, con destaque para reflexiones acerca de los siguientes conceptos: actuar lenguajeiro, (BULEA, 2010; BRONCKART, 1999; 2008), texto, arquitectura textual, tipos de discurso (BRONCKART, 2006; 2008; 2012) y género de texto (BRONCKART, 1999; BRONCKART, 2005; BAKHTIN, 2011). En síntesis, se señala la dinamicidad del Interacionismo Sociodiscursivo, comprendido como un proceso en desarrollo, cuyo principal postulado es el lenguaje como un elemento central y decisivo para la llamada ciencia del humano, principio fundante de la teoría..

Palabras clave: Interacionismo Sociodiscursivo. Texto. Género textual.

¹ O presente artigo apresenta uma versão atualizada e revisada do capítulo de fundamentação teórica de tese de doutorado com o título “Um estudo do gerenciamento da escrita de textos na graduação em Letras por meio da ativação de capacidades e da mobilização de operações de linguagem” (2021), elaborada pelo primeiro autor, sob orientação da segunda autora, no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING), vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

² Docente temporário da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoal/PB, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7872-148X>. E-mail: oliveirahermano.lettras@gmail.com.

³ Docente Titular do Departamento de Língua e Linguística (DLPL), do Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING) e do Mestrado Profissional Linguística e Ensino (MPLE) da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoal/PB, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5538-035X>. E-mail: reginacmps@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A recepção brasileira aos estudos dos pesquisadores e professores de Didática do Francês/Língua Materna, comumente indicados como membros do *Grupo de Genebra*, deu origem a uma teoria que está em contínua construção sob uma práxis em movimento, no Brasil, a saber: Interacionismo Sociodiscursivo (doravante, ISD). Tal corrente destaca-se em virtude do amplo debate teórico a respeito da análise de textos, sobre o desenvolvimento das capacidades textuais e sobre a didática da língua escrita. A esse respeito, Machado (2005, p. 237) lembra-nos de que apesar de as pesquisas dos três teóricos supracitados apresentarem focos, deveras, diferenciados, “as teses globais e as que se referem a textos, gêneros de textos, tipos de discurso e tipos de sequência, assim como os elementos centrais do método de análise de textos, são por eles compartilhados”. Desse modo, não por acaso, pesquisadores brasileiros, cujas investigações desenvolvidas fundamentam-se no ISD (MACHADO *et al.*, 2009; LOUSADA, BUENO, GUIMARÃES, 2017; MAGALHÃES, CRISTOVÃO, 2018; DOLZ, ABREU-TARDELLI, KOMESU, 2018; RODRIGUES, LEURQUIN, BRONCKART, 2020; MEDRADO, PEREIRA, REICHMANN, 2020; DOLZ *et al.*, 2018), na busca pelo entendimento científico acerca do papel de destaque da linguagem no desenvolvimento humano, contribuem para consolidar, baseados em seus interesses de investigação, a relevância dessa ciência do humano no fazer científico.

Nesse viés, chamamos atenção, então, para investigações desenvolvidas no interior de Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq – só para citar alguns, ALTER-CNPq (Análise de Linguagem, Trabalho Educacional e suas Relações), da USP; GELIT-CNPq (Grupo de Estudos em Letramentos, Interação e Trabalho), da UFPB; LEPS/Núcleo Fale (Linguagem, Ensino e Práticas Sociais), da UFJF; Interação e Escrita, da UEM; LIDERE-CNPq (Linguagem, Desenvolvimento, Educação e suas Relações), da UNESPAR; GEPLA-CNPq (Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Aplicada), da UFC – desde monografias a aprofundamento de seus temas em dissertações, teses, capítulos de livros, livros e artigos em periódicos. Além disso, de modo mais prático, destacamos atuações/ações/atividades, a partir de projetos fundamentadas no escopo teórico-metodológico do ISD, a exemplo⁴ o Laboratório de Letramento Acadêmico, da USP, e o Ateliê de Textos Acadêmicos, da UFPB, referentes aos letramentos acadêmicos, com vistas a conciliar pesquisa, ensino e extensão; ou ainda, damos atenção para eventos acadêmicos, a exemplo o VI Encontro Internacional do Interacionismo Sociodiscursivo, realizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), tendo por objetivo colocar em discussão os desafios e perspectivas de pesquisas realizadas sob esse corrente.

Assim, conforme Carnin, Guimarães e Lousada (2020), apesar de o ISD ser um quadro teórico-metodológico com princípios sólidos (BRONCKART, 1999/2012, 2006, 2008), encontra-se em contínuo desenvolvimento, aceitando as distintas contribuições de pesquisadores que, sob seu escopo, buscam formas de entender o contínuo desenvolvimento humano mediado pela linguagem. Em razão dessa reconhecida profícua articulação, sobretudo em contexto brasileiro, o presente artigo visa visitar conceitos importantes do método de análise e do modelo da organização dos textos do ISD, de modo a sistematizar algumas das contribuições de

⁴ Cristovão e Vignori (2020), a partir de pesquisas realizadas e/ou orientadas, mapearam 5 (cinco) laboratórios, centros e ateliês acolhidos por instituições públicas, os quais apresentam como objetivo o ensino de leitura e escrita na educação superior no primeiro ano de graduação, em outros anos do curso e no currículo das disciplinas, a saber: Laboratório de Pesquisa e Ensino de Leitura e Redação, da UFSM; Laboratório de Estudo do Texto, na UEPG; a implantação da Cátedra Unesco, na UFSC; Laboratório de Letramento Acadêmico, da USP e o Ateliê de Textos Acadêmicos, da UFPB. Dentre os cinco citados, apenas os dois últimos têm as atividades, particularmente, sob o escopo teórico-metodológico do ISD.

ordem da epistemologia e da prática para o estudo da linguagem, no tocante, em especial, às perspectivas de texto, gênero de texto e tipos de discursos

Para tal intento, o presente trabalho, de natureza teórica, encontra-se organizado, além desta seção introdutória, na apresentação de reflexões desenvolvidas através da seção *Atividade linguageira, textualização e significação*, cujo escopo orienta-se pelos princípios teóricos do quadro, a partir da análise do estatuto da atividade de linguagem, com foco na definição de texto. Integra a seção mencionada, as subseções *A metodologia de análise e a organização interna dos textos* e *Os gêneros de texto como quadros da atividade social*. A primeira segue a tomada de posição do ISD ao centrar-se na descrição da arquitetura textual, situando os diferentes tipos de discursos. A segunda subseção destina-se à definição de gênero de texto. Por fim, as considerações finais, tecendo apontamentos acerca do tratamento do texto, gênero e tipos de discursos para o quadro teórico-metodológico.

2 ATIVIDADE LINGUAGEIRA, TEXTUALIZAÇÃO E SIGNIFICAÇÃO

No quadro do desenvolvimento humano, faz-se necessário emoldurar reflexões, mediante o estatuto com o qual se valida a corrente teórico-metodológica do ISD, a saber: como “ciência do humano” (BRONCKART, 2006, p. 10), o que confere uma análise de significação das condições humanas. O percurso da corrente reproduz o seu caráter interdisciplinar, pois, baseado em uma visão psicológica vygostkiana e em uma visão volochinoviana da linguagem, a teoria defende que as “[...] propriedades específicas das condutas humanas são o resultado de um processo histórico de socialização, possibilitado especialmente pela emergência e pelo desenvolvimento dos instrumentos semióticos” (BRONCKART, 1999/2012, p. 21). Nesse sentido, para Bronckart (1999/2012), uma concepção de língua/linguagem coerente com os princípios teóricos é vista não como um mero meio de expressão de processos de ordem psicológica, mas sim, compreendida como instrumento fundador e organizador desses processos em suas dimensões humanas.

Certamente, por isso, a linguagem, as condutas ativas (ou como reconhecido nos aportes epistêmicos do ISD, o *agir*) e o pensamento consciente sejam tomados como unidades de análise. Nesse sentido, a linguagem – constituinte do ser e com a qual este experiencia a alteridade – estabelece-se nas línguas naturais as quais, por sua vez, só existem através das práticas verbais, das atividades discursivas, ou dito de outra forma, da interação com o outro – ou ainda com os outros – a cada momento, em cada restrita situação discursiva. Logo, ao ser compreendida como processo ativo e criativo, a linguagem se reproduz a si mesma.

Com base nessas observações, Bronckart (1999/2012) aponta que a linguagem desenvolve-se em duas teses, as quais fundamentam os aportes do ISD: a primeira assegura que a atividade de linguagem tanto produz objeto de sentido quanto é constitutiva das unidades representativas do pensamento humano; a segunda indica que a atividade de linguagem é vista como atividade social e que o pensamento, traduzido pela atividade de linguagem, é tanto semiótico quanto social (BRONCKART, 2008; BRONCKART, 1999/2012). O autor recorre, então, à teoria do agir comunicativo defendida por Habermas (1989), segundo a qual qualquer atividade coletiva revela, em seu desenvolvimento, pretensões à validade em relação ao mundo. Ou seja, sob os postulados da sociologia habermasiana (1989 *apud* BRONCKART, 2008), essa atividade é um mecanismo por meio do qual o agente inserido em um ambiente social estabelece um

acordo sobre o que é o mundo em que se insere, sobretudo, sobre o que é o contexto do agir, sobre as propriedades das atividades coletivas e de desenvolvimento. É diante dessa atividade que se constroem as representações do mundo ordinário, sob a perspectiva do mundo objetivo, do mundo social e do mundo subjetivo.

Considerando, pois, esses três mundos apresentados, Bronckart (2006) assinala que a atividade de linguagem é avaliada por meio das características deles, e servem, também, de base para a avaliação do próprio agente no que compete às suas ações. Conforme Habermas (1989), a construção desses mundos resulta da racionalização do denominado mundo vivido dos sujeitos individuais, sob o efeito do agir comunicativo (BRONCKART, 2006) comum a toda sociedade humana, visto que o termo agir “designa qualquer comportamento ativo de um organismo.” (BRONCKART, 2006, p. 137). Assim, com esse tratamento, a corrente ocupa-se, em um primeiro momento, em evidenciar que apenas a espécie humana operacionaliza um agir comunicativo verbal, o qual é mobilizado por signos traduzidos em formas de textos; e, em um segundo momento, em distinguir um agir geral (um agir não verbal) de um agir de linguagem (um agir verbal). O agir geral pode ser entendido: i) a partir das atividades coletivas, ou seja, “das estruturas de cooperação/colaboração que organizam as interações dos indivíduos com o meio ambiente.” (BRONCKART, 2006, p. 138); e ii) a partir “de sua relação com um ou vários indivíduos singulares”. O agir de linguagem pode ser apreendido por meio do enfoque coletivo (na forma de atividades de linguagem) e do individual (ações de linguagem).

Em outras palavras: a linguagem é entendida como uma produção específica, exclusiva à ação humana. A respeito dos referidos mundos representados, atribuídos a Habermas, Bronckart (2008, p. 22) resgata

[...] qualquer atividade se desenvolve em um mundo físico [concreto, real] sobre o qual é necessário termos um conhecimento adequado, e são esses conhecimentos sobre o universo material, tais como são construídos na socio-história humana, os elementos constitutivos do mundo objetivo. Qualquer atividade também se desenvolve no quadro de regras, convenções e sistemas de valores construídos por um grupo particular [...]. Os conhecimentos coletivos acumulados em relação a essas regras, convenções e valores são elementos constitutivos do mundo social. Por fim, qualquer atividade mobiliza pessoas, dotadas de uma economia psíquica e de características que, apesar de serem “privadas”, [...] foram também objeto de processos “públicos” de conhecimento. São os produtores desses processos que constituem o mundo subjetivo.

Torna-se evidente que qualquer atividade humana, bem como toda ação de linguagem, é orientada pelas coordenadas desses três mundos formais e/ou representados. Isto é, seja qual for a atividade de linguagem em que sujeitos se encontram, intrinsecamente, é possível remeter a aspectos do meio físicos – por exemplo, representações dos parâmetros do ambiente real em que a atividade seja concebida, ambiente escolar e/ou acadêmico – vistos como conhecimentos coletivos acumulados constitutivos do *mundo objetivo*. Por sua vez, no quadro da atividade possível, ainda se faz presente convenções sociais, como as ideologias e/ou representações sociais do meio, os papéis sociais que cada interactante assume: professor, orientador, aluno etc., as quais constituem um *mundo social*. Por fim, espera-se, nessa orientação coordenadas pelos três mundos, as características inerentes de cada indivíduo – neste caso, suas habilidades, competências, engajamento – constituindo o *mundo subjetivo*.

Assim, não por acaso, a construção das representações sociais, de modo geral, são manifestas pela linguagem, a qual, sob o efeito do agir verbal, agentes, inseridos

socialmente, aceitam ou rejeitam as pretensões de validade fundamentadas em suas representações dos mundos.

Segundo a forma de pensar do autor genebrino, é esse agir comunicativo que permite à espécie humana reconfigurar as representações do mundo em representações “compartilhadas, controláveis e contestáveis pelos outros, ou seja, em representações racionais” (BRONCKART, 2006, p. 75, grifo do autor). E, assim, essas representações cristalizam-se e estabilizam-se na forma de signos, ou seja, como unidades de uma língua natural. Nesse viés, os textos-discursos articulados a ações não verbais somados aos processos de produção, como também pelos processos de apreensão, não podem ser ignorados, sob uma metodologia “descendente”, inspirada em Volochinov, elaborada por Bronckart, em seu quadro teórico.

Não por acaso, o caráter metodológico do ISD encontra respaldo e lógica no que se solidificou o procedimento de análise de texto sob uma abordagem “descendente”, isto é, indo das atividades sociais às atividades de linguagem e destas aos textos e aos seus componentes linguísticos (BRONCKART, 2006, p. 143). Assim, tem-se a concepção de texto como uma unidade de produção de linguagem situada com a finalidade de produzir um efeito de sentido sobre o destinatário (BRONCKART, 1999/2012). Essa acepção aplica-se a qualquer produção, seja oral, seja escrita (comentários, entrevistas, seminários, artigo de jornal, romance, só para ilustrar) dotada de características situadas. Sobre isso, Bronckart (1999/2012) esclarece que todo texto guarda uma relação de interdependência com as propriedades referentes ao contexto ao qual está vinculado. Assim, como aponta o teórico, ao produzir um texto, o agente deve estar inserido em uma situação de ação de linguagem, que está vinculada às representações construídas socialmente.

Nesse sentido, há a admissão de três conjuntos dessas representações, quais são: i) representações relativas ao quadro material ou físico da ação; ii) representações motivadas pelo quadro sociosubjetivo da ação verbal; e por fim, iii) representações referentes à situação e também aos conhecimentos disponíveis no agente. Assim, o fator material ou físico está relacionado à identificação do emissor, de eventuais coemissores e do espaço/tempo da produção. O fator sociosubjetivo está relacionado ao tipo de interação social em jogo, ao papel social que dela decorre para o emissor ou daquele que enuncia, ao papel social que dela decorre para os receptores ou destinatários, e, por fim, às relações de objetivo que se estabelecem entre esse quadro de interação. Já o fator relacionado às capacidades de linguagem do agente remete às macroestruturas semânticas construídas disponíveis na memória.

Além do exposto, Bronckart (2006) sublinha, quanto à responsabilização do agente, a mobilização do conhecimento no tocante a como o arquitexto é construído, possivelmente, a partir do momento em que o indivíduo insere-se socialmente em um lugar determinado. Nesse ínterim, cabe a este indivíduo, por um lado, selecionar o gênero compartilhado na situação de ação em que está envolvido; e, por outro lado, harmonizar o gênero selecionado em função das especificidades dessa mesma situação. Depreende-se do que foi dito anteriormente que o ISD confere ao agir humano um caráter primário, com ênfase para a análise do agir comunicativo verbal, dada, por um lado, à sua natureza humana e, por outro, ao regimento da sua conduta (BRONCKART, 1999/2012). Desse modo, situados os aportes teóricos do quadro, que podem influenciar a organização de um texto, evidenciamos que tal seção preocupa-se, por ora, em discutir conhecimentos teóricos dispostos sobre o entorno sócio-histórico da análise da produção textual. Na subseção, a

seguir, buscamos refletir sobre o modelo de organização interna dos textos e o método de análise, conforme postula a corrente em questão.

2.1 A metodologia de análise “descendente” e a organização interna dos textos: uma proposta de Jean-Paul Bronckart

De acordo com Passeggi *et al.* (2010, p. 299, grifo nosso), "a responsabilidade enunciativa [...] consiste na assunção por determinadas entidades ou instâncias do conteúdo do que é enunciado, ou na atribuição de alguns enunciados ou PdV [pontos de vista] a certas instâncias." Esse fenômeno enunciativo de imputação/atribuição ou assunção é comum nos textos produzidos nas mais diversas esferas de produção humana e é evidenciado através de marcas linguísticas que possibilitam uma leitura desse movimento.

Em *O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores*, Bronckart (2008) evidencia o método de análise e o modelo da organização dos textos no quadro teórico-metodológico do que se convencionou chamar de *Grupo de Genebra* – ao qual pertencem teóricos como o próprio Bronckart (1999, 2006), Dolz e Schneuwly (1996, 1997) – que propõem uma reflexão sistemática sobre o aparelho psíquico de produção de linguagem (MATENCIO, 2007). Trata-se de uma das vertentes epistemológicas que mais reflete, em seus estudos, a noção de interdisciplinaridade, sintagma esse contemplado em discursos acadêmicos, e que se ocupa das análises relacionadas à correspondência entre ensino e aprendizagem de línguas em sentido holístico.

Ainda na mesma obra, o Bronckart (2008) afirma que esse método de análise implica a conceitualização das condições de produção dos textos, em sentido lato; e na análise do agir languageiro, o qual pode ser definido a partir da descrição de parâmetros físicos e sociosubjetivos, em sentido estrito. Ao conjunto de parâmetros físicos, para o quadro, destacam-se o emissor, receptor, espaço-tempo do ato de produção e ao conjunto de parâmetros sociosubjetivos, destacam-se o tipo de interação social em curso, objetivos possíveis nesse quadro, bem como os papéis atribuídos aos protagonistas da interação (BRONCKART, 2008). Certamente, essa descrição atualiza a noção de abordagem pragmática da ação de linguagem, pois conforme Matencio (2007), o ISD corrobora a relevância da ação de linguagem – e particularmente da ação significativa – nos processos de textualização pelos quais se concretizam as condutas, especialmente, humanas, nas práticas sociais de interação verbal.

De acordo com a conceitualização das condições, ressaltamos que, para a corrente, o gênero de texto antecede qualquer atividade languageira singular. Assim, segundo Bronckart, essa preexistência comporta duas dimensões: uma histórica e outra social. A primeira concebe que os gêneros são objetos fluidos e mutáveis, elaborados por gerações antecedentes. A segunda, a social, sustenta que os gêneros são objetos disponíveis (e organizados em macroestrutura) na memória do agente (BRONCKART, 2008). Sobre essa dimensão, Bulea (2010) esclarece que os gêneros são organizados em um *repertório de modelos*, qualificado de *arquitexto* (processo de adoção de um modelo textual), que funciona no nível de uma comunidade sociolinguageira. A esse conceito, ainda de acordo com a mesma autora (2010, p. 65, grifo da autora), "em relação a um agir languageiro particular, o *arquitexto* e seus componentes constituem, assim, um pré-construído sócio-histórico. A fim de exemplificação, a pesquisadora ilustra que uma pessoa

singular só dispõe dele de maneira fragmentária e incompleta: como para o léxico de uma língua, o domínio que os indivíduos podem ter dos gêneros de texto depende forçosamente de 'porções', ou de versões pessoais. Assim, o que, de fato, é mobilizado no momento de um agir linguageiro particular são necessariamente formas de interiorização pessoal dos pré-construídos sociais e são essas formas que constituem a situação de ação linguageira da qual o texto emana. Nesse sentido,

Os gêneros apresentam certas propriedades estruturais mais ou menos estabilizadas e mais ou menos identificáveis (um sermão tem características sensivelmente diferentes das de um editorial ou de uma reportagem sobre esporte); mas é sua articulação com as atividades sociais que constitui sua principal característica. Sob efeito de avaliações e indexações sociais permanentes, os gêneros adquirem a vantagem de serem adaptados ou não a tal atividade, mobilizáveis ou não em tal contexto, apropriados ou não em tal situação de interação (BULEA, 2010, p. 65).

Assim, apesar da impossibilidade de uma classificação geral que emoldure todos os gêneros de textos presentes, há uma sistematização e/ou tratamento por serem "relativamente estáveis de enunciados" (BAKHTIN, 1979/2003, p. 262). Assim, Bulea (2010) usa o caso da descrição de um sermão podendo apresentar diferenças com um editorial ou uma reportagem, por exemplo. Nesse viés, é possível inferir que a análise das atividades de linguagem, nesse sentido, não pode ser apoiada apenas em critérios absolutamente formais, uma vez que são nas atividades sociais, nas interações realizadas, que os exemplares de gêneros *determinam* o que vai ser produzido.

Cabem, neste momento, as considerações de Matencio (2007), com base na releitura feita da hipótese de Schneuwly (2004), segundo a qual a produção de linguagem envolve três grandes instâncias de operações, são elas: base de orientação, gestão textual e linearização do texto. Isto é, de acordo com as elucubrações do genebrino, "a base de orientação relaciona-se à situação material de produção [...], remetendo-se ao dizível, ao lugar social em que ocorre a interação e aos propósitos que orientam a realização da ação de linguagem" (MATENCIO, 2007, p. 58). A segunda instância de operações, neste caso, a gestão textual, refere-se "à transformação dos parâmetros que orientam a ação de linguagem em representações internas que regulam a atividade global de linguagem" (MATENCIO, 2007, p. 58). Nessa instância estão em jogo, por exemplo, a seleção de um gênero, a sua ancoragem enunciativa e a sua planificação; nesse caso, as vozes expressas e os modalizadores, de um lado, e as sequências textuais, de outro lado. Por fim, a terceira instância, linearização do texto, que implica o processo de verbalização, por exemplo, a infraestrutura textual propriamente dita e os mecanismos de textualização.

É nessa última instância que entra em cena, de modo mais efetivo, o modelo da arquitetura textual; é, a partir deste ponto, que o projeto de análise do ISD se volta a questões de caráter textual, focalizando os processos de estruturação e de planificação dos textos-discursos (PEREIRA, 2011). De acordo com a teoria, todo texto empírico apresenta uma organização supraordenada, que, de um lado, pode se codeterminar, interagindo entre si; e, de outro lado, pode interagir com instâncias linguísticas de natureza extratextuais. Assim, esse modelo se constitui por meio de três níveis de organizações superpostos, quais são: infraestrutura, mecanismos de textualização e posicionamento enunciativo e de modalização.

Com base nessas observações, Bronckart (1999/2012, 2008) sugere que o nível mais profundo, a infraestrutura, diz respeito à organização geral, comportando três regimes de organização expressivamente diferentes, quais sejam: planificação geral, *tipos de discurso* e os mecanismos de coesão verbal. A esse primeiro, Bulea (2010, p. 68) complementa: "concerne aos temas e aos elementos de conhecimentos mobilizados". A segunda forma

de organização, *tipos de discurso*, são modalidades de organização enunciativa e linguística do conteúdo temático, consoante a teoria. A terceira, relacionada aos mecanismos de coesão verbal, de acordo com o quadro, mantêm a organização temporal e/ou hierárquica dos processos (estados, acontecimentos ou ações) verbalizados no texto e são realizados a partir dos tempos verbais.

Certamente, a definição dos *tipos de discurso* tem centralizado divergências, em primeiro lugar, por evidenciar uma classificação terminológica particular da teoria divergente de noções tradicional e distintamente empregadas por teóricos nos estudos da linguagem. Sobre tal, Pereira (2011) observa que os termos centralizadores de críticas são referentes a atividades de linguagem (*texto/discurso* e) *tipos de discurso*. E, ainda, ressalta que “é precisamente neste aspecto que o ISD será alvo de críticas por parte de alguns teóricos [...] devido, principalmente, ao sentido bem particular que alguns termos adquirem [...], os quais contrastam com as noções mais aceitas pelos estudiosos dos gêneros textuais.” (PEREIRA, 2011, p. 122). Nesse viés, considerando que a aceitável polêmica acerca da terminologia empregada cause dissenso entre pesquisadores interessados pelos estudos da Linguagem, reconhecemos a pretensão do quadro teórico-metodológico em assumir a clarificação terminológica. Por exemplo, Bulea (2010, p. 71) interpreta os tipos de discurso do seguinte modo:

Os tipos de discurso não são de maneira nenhuma superpostos aos gêneros textuais, ficando sua definição subjacente, desse ponto de vista, às duas constatações inter-relacionadas. A primeira é que as propriedades de gêneros de textos não são integralmente descritíveis sobre bases linguísticas, ou, mais exatamente, que a diferença entre gêneros não pode ser estabelecida segundo critérios exclusivamente linguísticos. A segunda constatação é a que a maioria dos textos comporta segmentos diferentes, quase intuitivamente distinguíveis (segmentos que relatem um acontecimento, segmentos de diálogo etc.), e que os segmentos assim identificados são atestados numa multiplicidade de gêneros de textos. (BULEA, 2010, p. 71).

Ainda, com o interesse de demarcar tal aceção, em *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo* (1999), obra que contempla conceitos alicerçados de orientação teórico-metodológica do ISD, Bronckart (1999/2012) destina um capítulo, em especial, para confrontar a concepção inerente ao quadro sobre *tipos de discurso* “com a de autores, nos quais, aliás, nos inspiramos (Adam, Bakhtin, Benveniste, Weinrich, principalmente)” (BRONCKART, 1999/2012, p. 16) e, ainda, acrescenta, na apresentação do mesmo capítulo: “discutiremos longamente o estatuto heurístico e os inevitáveis limites de nossa classificação dos tipos de discurso” (BRONCKART, 1999/2012, p. 16). Assim, sobre tal premissa, o teórico sustenta que os *tipos de discurso* tratam-se de segmento constitutivo de gênero de texto, podendo, igualmente, serem considerado como tipos linguísticos, ou seja, formas específicas de semiotização, que revelam a construção de um determinado mundo discursivo e que se caracterizam pela mobilização de subconjuntos particulares de recursos linguísticos, uma vez que guardam dependência do conjunto de operações morfossintáticas de uma língua natural (subconjuntos de tempos verbais, pronomes, organizadores, advérbios de modalização etc.), apresentando-se, em função disso, em número finito.

O modelo da arquitetura textual propõe quatro desses tipos de discurso, são eles: o discurso interativo – constituído pela presença de unidades referentes à própria interação verbal, real ou encenada, sendo marcado pelos turnos de fala tantos nos diálogos quanto nos monólogos; o discurso teórico – monologado e escrito, caracterizado pela ausência de frases não declarativas, pelo mesmo subconjunto de tempos dos verbos, pela ausência de unidades que remetam diretamente aos interactantes, pela ausência de nomes próprios e de pronomes e de adjetivos de primeira pessoa, pela presença de múltiplos organizadores com valor lógico-argumentativo, bem como pela presença de modalizações lógicas; o relato interativo – “que se desenvolve em uma situação de

interação que pode ser real (e originalmente oral) ou posta em cena, no quadro de um gênero escrito como o *romance* ou a *peça de teatro* (BRONCKART, 1999/2012, p. 174); e a narração – usualmente escrito e sempre monologado, comportando frases declarativas. Dado que esses segmentos parecem traduzir e/ou semiotizar mundos discursivos, conforme já evidenciado, Bronckart (2008) entende que estes se constituem como quadros em que se desenvolvem, no contexto de produção e recepção textual, a interface entre as representações inerentes a determinados agentes (chamadas, no quadro, de representações individuais) e as representações que fazem parte das instâncias coletivas (representações coletivas). Desse modo, a construção desses mundos depende de uma decisão binária, isto é, de um lado, quando não há correspondência entre o conteúdo semiotizado com as coordenadas de ação de linguagem do agente, exigindo, para tal, de uma origem/marcador temporal (antigamente/atualmente, por exemplo), correspondem à ordem do NARRAR; porém, quando os fatos são apresentados em sincronia com as coordenadas do mundo ordinário do agente, correspondem à ordem do EXPOR.

Por outro lado, o quadro apresenta, ainda, as relações com os parâmetros da ação de linguagem que podem ser de implicação ou autonomia. Isso posto, os mundos discursivos se constituem da correlação entre essas decisões: NARRAR implicado, NARRAR autônomo, EXPOR implicado e EXPOR autônomo, cujas coordenadas de ação em relação ao conteúdo temático e às instâncias de agentividade vão determinar os quatro tipos de discurso a elas associados (BRONCKART, 1999/2012, p. 153-5). É no quadro dos tipos de discurso, pois, que as estruturas sintáticas se apresentam, bem como que as tipologias textuais – argumentativas, descritivas, injuntivas, expositivas e dialogais –, de Adam (1992), comportam-se, ou seja, modos de planejamento interno.

O segundo nível do modelo de arquitetura textual (BRONCKART, 1999/2012), visto em uma localização intermediária, é o dos mecanismos de textualização. Esse nível, de acordo com ISD, contribui para dar ao texto a coerência temática, isto é, atua como marcador das articulações hierárquicas, lógicas e/ou temporais, através de séries isotópicas. Por isso, nesse nível, dois mecanismos de textualização⁵ podem ser diferenciados: os mecanismos de conexão e os mecanismos de coesão nominal. O primeiro se realiza por meio de organizadores textuais (conjunções, advérbios, grupos preposicionais ou nominais etc.), nesse caso, podendo preencher as funções lógico-argumentativas, temporais ou até metatextuais. O segundo, neste caso, os mecanismos de coesão textual, tanto atuam na apresentação de unidades de informação nova quanto retomam essas mesmas unidades na sequência do texto.

Dito isso, chamamos igual atenção para a reformulação do nível intermediário – mecanismo de textualização –, pois, de acordo com Bulea (2010), na primeira versão do quadro, integravam a esse nível os mecanismos de coesão verbal, relativo à estruturação temporal dos processos presentes em um texto. Estes se materializam principalmente por intermédio de modos verbais, mas também de unidades com valor temporal (advérbios ou grupos adverbiais e preposicionais). Contudo, tendo em vista a implicação das unidades temporais na construção de tipos de discurso, já mencionada, conforme resgate da autora, os mecanismos de coesão verbal são atualmente tratados juntamente aos citados tipos de discurso.

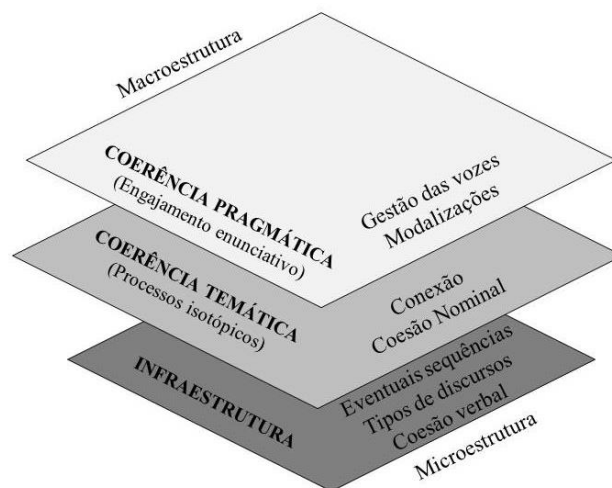
⁵ O projeto ISD, apesar das contribuições de seu quadro tanto para a reflexão sistemática, em práticas de ensino, das relações entre ação, atividade e textualização (conferir Matencio, 2007); ou para o desenvolvimento de parte expressiva de trabalhos em Linguística Aplicada no Brasil (conferir Machado e Guimarães, 2009; bem como Guimarães, Lousada, Bueno, 2017), quanto para influência de suas ideias nos documentos parametrizadores da educação básica/ensino fundamental (conferir os PCN de Língua Portuguesa, 1998), ao assumir uma postura sociointeracionista para o ensino de língua materna (conferir Araújo e Silva, 2013), não se apresenta, ainda, em caráter definitivo, mas sim, em fase de formação (BRONCKART, 2006).

O nível mais superficial – de acordo com o ISD, são avaliadas como “superficiais”, na medida em que não se organizam em séries isotópicas, atuando quase que independentemente da progressão e coerência do conteúdo temático; em síntese, elas atuam para orientar a interpretação dos destinatários. Relacionam-se à coerência pragmática, são constituídos pelos mecanismos de posicionamento enunciativo e de modalização. Para Bronckart (1999/2012) – esse nível contribui para dar ao texto a coerência pragmática ou interativa que, por sua vez, constitui-se na construção de uma instância geral de gestão do texto – chamado de textualizador, no modelo da arquitetura textual – à qual o autor empírico atribui enunciativamente a responsabilidade do conteúdo temático, isto é, do que é dito.

É por intermédio dessa instância que se efetua a distribuição das vozes manifestas no texto, quais sejam: a dos personagens – pessoas ou instituições humanizadas que são implicadas como agentes; a das instâncias sociais – pessoas ou instituições sociais não agentes dos conhecimentos; do próprio autor – aquele presente na gênese da produção textual, comentando e/ou avaliando. Por outro lado, as modalizações estão relacionadas às avaliações do conteúdo temático (julgamentos, opiniões, sentimentos) e são materializadas por advérbios, por certos tempos de verbo, ou por construções impessoais (BRONCKART, 2008). Além disso, essas instâncias se classificam em: modalizações lógicas, modalizações deônticas, modalizações apreciativas e modalizações pragmáticas. As modalizações lógicas (ou epistêmica) referem-se a julgamentos relativos à verdade ou às condições de possibilidade do que enuncia (certamente, provavelmente, é verdade que etc.).

As modalizações deônticas se traduzem em julgamentos de valores sociais (é permitido, é desejável, é preciso etc.). As modalizações apreciativas estão relacionadas a valores subjetivos (é estranho, felizmente etc.). Por fim, as modalizações pragmáticas introduzem julgamentos a respeito das capacidades de ação (o poder-fazer), a intenção (o querer-fazer) e as razões (o dever-fazer) do agente. Para melhor visualização da exposição feita, anteriormente, sobre o esquema geral da arquitetura textual (BRONCKART, 2008; BULEA, 2010), disposto em três níveis estruturais superpostos, segue ilustração na **Fig. 1**:

Figura 1 - Os três níveis da arquitetura textual formulado com base em Bronckart (1999, 2008), Bulea (2010)



Fonte: OLIVEIRA (2021)

Assim, complementando o já exposto, parece-nos ser necessário esclarecer a perspectiva de orientação do modelo de arquitetura textual, central nesta subseção. Esse

modelo não se limita a uma visão puramente linguística e nem a uma descrição vazia; pelo contrário, é, antes de tudo, nas palavras de Bulea (2010), um – e não o – instrumento metodológico com fins de identificação e conceitualização das operações psicológicas que são inerentes ao agir linguageiro e, que, por sua vez, não são admitidas cognitivamente como pré-dados, estando ao dispor do usuário, pelo contrário, são geradas a partir dessa estruturação e funcionam em direta interação com ela. Na subseção seguinte, focalizamos, de modo especial, na compreensão assumida pelo ISD acerca dos gêneros de textos.

2.1.2 Os gêneros de textos como quadros da atividade social

No quadro da Psicologia da linguagem e da Didática de Línguas, desenvolvidas pelo grupo de pesquisadores da Unidade de Didática de Línguas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Genebra, especialmente por Bronckart, Schneuwly e Dolz, *gêneros de textos* "são produtos de configurações de escolhas entre esses possíveis, que se encontram momentaneamente 'cristalizados' ou estabilizados pelo uso" (BRONCKART, 2006, p. 143, grifo do autor). Isto é, o caráter seletivo das configurações precede o trabalho que as formações sociais de linguagem⁶ desempenham, a fim de que os textos sejam reconfigurados às atividades nas quais eles se inserem, adaptados a um dado meio comunicativo, pertinentes diante de desafios sociais, pois é nas formações sociais que os gêneros surgem, estabilizam-se e evoluem.

Acrescenta-se, ainda, de acordo com os postulados da corrente, que os gêneros de texto coexistem no ambiente da linguagem e se acumulam historicamente (BRONCKART, 2006), o que explica a sua impossibilidade de classificação estável e definitiva, defendida anteriormente. A essa premissa BRONCKART (1999/2012) desenvolve que

os gêneros não podem nunca ser objeto de uma classificação racional, estável e definitiva. Primeiro, porque, do mesmo modo que as atividades de quem procedem, elas são em número tendencialmente ilimitado; segundo, porque os parâmetros que podem servir como critérios de classificação (finalidade humana geral, questão social específica, conteúdo temático, processos cognitivos mobilizados, suporte midiático etc.) são, ao mesmo tempo, pouco delimitáveis e em constante interação; enfim, e, sobretudo, porque uma tal classificação não pode se basear no único critério facilmente objetivável, a saber, nas unidades linguísticas que neles são empiricamente observáveis. Qualquer que seja o gênero a que pertencem, os textos, de fato, são constituídos, segundo modalidades muito variáveis, por segmentos de estatutos diferentes (segmentos de exposição teórica, de relato, de diálogo, etc.). E é unicamente no nível desses segmentos que podem ser identificadas regularidades de organização e de marcação linguísticas (p. 138).

Por isso é que estes formatos relativamente estabilizados não podem ser identificados e definidos com base, apenas, em suas propriedades linguísticas, mas mediante as condições de realização do agir de linguagem. Dessa maneira, Schneuwly (2004, p. 23) lembra-nos de que, mesmo apresentando um estatuto "mutável", os *gêneros de texto* têm certa estabilidade, isto é "definem o que é dizível (e, inversamente: o que deve ser dito define a escolha de um gênero)"; uma vez que "o emprego da língua efetua-se em forma de enunciado (orais e escritos) concretos e únicos" (BAKHTIN, 2011, p. 261).

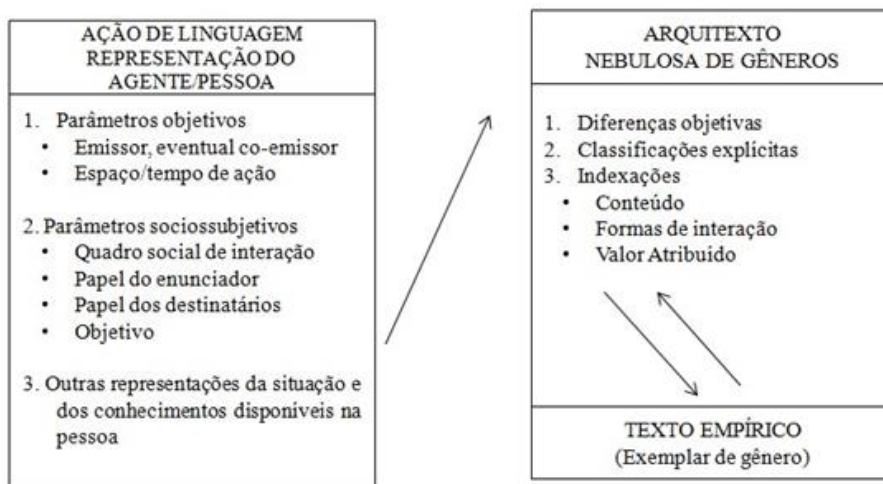
⁶ Bronckart (1999, p. 137, grifo do autor.) declara: em função de seus objetivos, interesses e questões específicas, essas formações elaboram diferentes espécies de textos, que apresentam características relativamente estáveis (justificando-se que sejam chamadas de *gênero de texto*) e que ficam disponíveis no *intertexto* como *modelos indexados*, para os contemporâneos e para as gerações posteriores.

Eles são caracterizados “não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional” (BAKHTIN, 2011, p. 261). Dito de outra forma: os gêneros apresentam estrutura definida em função do campo de atividade humana, pela particularidade do campo de comunicação. Portanto, os gêneros de textos constituem-se como pré-construídos, ou seja, preexistem antes de nossas ações. Conforme reflete

[...], ainda com toda obra humana, os gêneros são objetos de avaliações, ao término das quais eles se encontram afetados (nas representações coletivas) por diversas indexações: referencial (qual atividade geral o texto pode comentar?); comunicacional (para que tipo de interação esse comentário é pertinente?); cultural (qual é o “valor socialmente agregado” ao domínio de um gênero?); etc. (BRONCKART, 2006, p. 144).

Desse modo, de acordo com o teórico, são espécies de “modelos de referência” (MACHADO, 2005, p. 250), dos quais todo produtor deve se servir para a realização de ações de linguagem e a partir dos quais todo agente planeja a produção de um texto, seja ele oral ou escrito. A esse registro mental, Bronckart (1999) denomina de arquitexto – conjunto de gêneros de textos elaborados pelas gerações precedentes, tais como são utilizados e eventualmente reorientados pelas formações sociais contemporâneas (BRONCKART, 1999/2012). Devemos observar que, assim, por serem portadores de indexações sociais, os gêneros constituem, nas palavras de Bakhtin (2011), os quadros obrigatórios de qualquer produção verbal – ou modos de tipificação (BAZERMAN, 2011) ou ainda regulador da organização textual (COUTINHO, 2004). Essa situação explica o fato de que para qualquer análise das condições de produção dos textos, deve-se considerar, pois, a intervenção de três elementos – tal como esquematiza a **Fig 2**, a seguir:

Figura 2 - As condições de produção de um novo texto



Fonte: Bronckart (2006, p. 146)

De acordo com a perspectiva esquematizada na Fig. 2, temos que no quadro das atividades sociais, são produzidas determinadas formas comunicativas que são estabilizadas de forma mais ou menos forte, constituindo os gêneros de textos. Conseqüentemente, o agente/pessoa ao produzir modelos (plásticos e não normativos) encontra-se em uma situação de ação de linguagem que só pode ser operante pelas representações que este construiu para si, recorrendo aos três conjuntos dessas representações – conforme dispostas no lado esquerdo da figura –, quais sejam: 1) as

representações referentes ao quadro material/físico da ação, representadas pela identificação do emissor, de eventuais co-emissores, bem como de espaço/ tempo da produção; 2) as representações referentes ao quadro sociossubjetivo da ação verbal, representadas pelo tipo de interação social em jogo, de papel social que dela decorre para o emissor (estatuto do enunciador) ou do papel social que dela decorre para os receptores (estatuto dos destinatários), e, por fim, as relações de objetivo possíveis estabelecidas entre esses dois tipos de papel no quadro interativo em questão; 3) as outras representações referentes à situação e aos conhecimentos disponíveis no agente, referentes à temática expressa no texto.

Em relação ao arquitexto/nebulosa de gênero, segundo observa-se no lado direito da figura, o agente/pessoa recorre ao conhecimento pessoal de sua comunidade verbal e dos modelos de gêneros nele disponíveis, isto é, do conhecimento compartilhado pelos falantes, para, de acordo com Bronckart (1999/2012, 2006), desenvolver um duplo processo. Ou seja, de um lado, o agente faz a escolha ou adoção do modelo de gênero que lhe pareça mais pertinente em relação às propriedades globais da situação de ação. Por outro lado, adapta esse modelo escolhido, em função das propriedades particulares da situação em foco, resultando, portanto, desse duplo processo um texto empírico com traços do gênero “escolhido” e do processo de adaptação às singularidades da situação realizada.

Essa ação de linguagem regulada pelo gênero de texto faz-nos recorrer do pensamento de Schneuwly (2004), para o qual encontramos uma discussão sobre o papel desse protótipo na ação da linguagem e no desenvolvimento do funcionamento psíquico humano, sob uma perspectiva vygostkiana. Isso porque o autor nos lembra de que, no quadro da epistemologia marxista, a atividade humana

é necessariamente concebida como tripolar: a ação é mediada por objetos específicos, socialmente elaborados, frutos de experiências das gerações precedentes, através dos quais se transmitem e se alargam as experiências possíveis. Os instrumentos encontram-se entre o indivíduo que age e o objeto sobre o qual ou a situação na qual ele age. [...] A intervenção do instrumento – objeto socialmente elaborado – nessa estrutura diferenciada dá à atividade uma certa forma; [...] Um instrumento media uma atividade (SCHNEUWLY, 2004, p. 21).

É nesse sentido que, analogamente, o autor supracitado relaciona os gêneros de texto a verdadeiras ferramentas⁷ semióticas complexas, permitindo a realização de ação de linguagem, através das atividades sociais de linguagem, pois conforme acrescenta, há claramente um sujeito, o locutor-enunciador, que age discursivamente (falar/escrever), numa situação definida por uma série de parâmetros, com a ajuda de um instrumento – gênero textual –, um “instrumento” semiótico complexo (SCHNEUWLY, 2004, p. 23). Essa afirmação explica a apropriação do gênero ser um mecanismo necessário de socialização, de inserção às atividades comunicativas humanas (MACHADO, 2005), mas também ser parte do modo como os seres humanos dão forma às atividades sociais e tipificam muitas situações além da forma textual (BAZERMAN, 2011). Com isso, chegamos a uma compreensão mais profunda do gênero de texto, isto é, parte de processos de atividades socialmente organizadas, pois se admitimos que um modelo preexistente a determinada ação de linguagem, o resultado, no entanto, quase nunca vai ser uma reprodução exata desse modelo. É o que discute Machado (2005, p. 251):

⁷ Em outra publicação, Dolz, Schneuwly (2004) metaforicamente concebem gênero como (mega)instrumento para agir em situação de linguagem. Acrescentam, ainda, que este tipo de instrumento é constitutivo da situação, pois “sem romance, por exemplo, não há leitura e escrita de romance. Sem dúvida, essa é uma das particularidades do funcionamento da linguagem em geral [...]. A maestria de um gênero aparece, portanto, como co-constitutiva da maestria de situações de comunicação” (p. 44). Essa discussão reforça a importância da apropriação dos gêneros para prática dos indivíduos nas atividades comunicativas humanas.

esse processo de adaptação poderá trazer consequências sobre os níveis do texto: na sua organização interna, nos mecanismos enunciativos, nos mecanismos de textualização. Ao final do processo, o texto produzido acabará por ser dotado de um estilo particular. [...] Na realidade, estamos diante de um processo de reprodução-adaptação de determinado gênero, gerador de novos exemplares de textos, mais ou menos, diferentes dos modelos preexistentes.

Logo, é pela continuidade desse processo que os gêneros de texto se modificam em razão do tempo e da história, assumindo um estatuto efetivamente dinâmico. Por essa razão, justifica-se, pois, que o modelo proposto pelo quadro do ISD não seja o de análise de gênero, mas de textos, “em outras palavras, no plano dos estudos empíricos, a genericidade se encontra primariamente atestada pela análise dos textos, através de propriedades linguísticas que, só secundariamente, remetem às determinações sociais, certamente evocadas, mas não analisadas como tal” (BRONCKART, 2017, p. 48). Embora não se observe no ISD um modelo de análise, explicitamente, voltado para o gênero de texto, conforme já evidenciado, apoia-se no postulado da base os “modelos didáticos de gêneros” (MACHADO, 2005, p. 258), os quais são orientados à medida que os objetivos são delineados. Tal constatação se verifica na seguinte passagem:

Para nós, fundamentalmente, os gêneros têm uma interação muito nítida que não é, evidentemente, jamais mecânica ou biunívoca com os tipos de atividades ou de práticas humanas. E quando definimos um gênero como uma maneira de construir a linguagem que é adaptada a um tipo de atividade humana, retemos totalmente essa definição. Os gêneros são articulados a tipos de atividades humanas. Os tipos de discurso são formas linguísticas que – é essa a nossa hipótese, eu diria – não são dependentes dos tipos de atividade humana, mas estão em estreita articulação com formas de raciocínio humano. Portanto, se eu simplifico, caricaturando um pouco as coisas, eu posso dizer, as dimensões do gênero estão em relação com a atividade social, suas finalidades, seu contexto, seus possíveis ganhos e perdas. A dimensão dos tipos de discurso é ligada ao que chamo de os tipos de raciocínio humano, ou seja, as maneiras de desenvolver o pensamento além da simples proposição, além da simples frase, como organizamos mais amplamente o pensamento (...). Os gêneros têm geralmente um tipo de discurso majoritário o qual chamamos “o discurso dominante” (BRONCKART, 2008, p. 277).

Podemos, a partir da citação, pensar as possíveis implicações dessa consideração. Isso porque não encontraremos um agente particular que aja discursivamente sozinho. A atividade humana através da linguagem, dos signos linguísticos e dos textos impede que se descarte o agente-produtor. Nesse sentido, os gêneros de texto, como uma maneira de construir a linguagem, ajustam-se à atividade social, mas também às finalidades e contexto de interação. É preciso considerar que qualquer ação de linguagem estará sujeita a fatores de ordem político, cultural, social e discursivos que impactam o modo da escrita, recepção e circulação dos textos.

Compreendemos, assim, que há diferenciados fatores que contribuem para a caracterização dos gêneros de texto, conforme expostos, podendo ser retomados, entre outros, um conjunto de operações as quais envolvem a escolha dos tipos de discurso e de sequência, as de seleção e elaboração de conteúdo ou ainda, operações de textualização, envolvendo conexões e segmentação, regulação de vozes e de expressão de modalização ou até mesmo as de seleção de itens lexicais sempre agenciadas pelo produtor/agente verbal (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004; MACHADO, 2005; BRONCKART, 1999/2012), por exemplo. Enfim, no entrecruzamento das diversas discussões efetivadas ao longo deste artigo, ainda inconclusivas, destacamos a necessidade de pesquisas interessadas na Teoria, de modo a atingir o público brasileiro, com o fito de identificar os níveis da organização dos textos nos quais se aludem traços da genericidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões de caráter teórico, neste trabalho, é possível inferir importantes contribuições do ISD, a exemplo a centralidade da ação de linguagem no processo de textualidade que se materializa as condutas humanas em práticas sociais de interação. É nesse sentido, que para a corrente, o *texto* entendido como o resultado de ações simbólicas, porém, não meramente linguísticas, pelo contrário, há diferentes sistemas de conhecimentos que contribuem para a textualidade. Com isso, pode-se afirmar, igualmente, que há vários fatores que contribuem para a caracterização dos *gêneros textuais*, podendo ser retomados, entre outros, um conjunto de operações as quais envolvem a escolha dos *tipos de discurso* e de sequência, as de seleção e elaboração de conteúdo ou ainda, operações de textualização, envolvendo conexões e segmentação, regulação de vozes e de expressão de modalização ou até mesmo as de seleção de itens lexicais sempre agenciadas pelo produtor/ agente verbal (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004; MACHADO, 2005; BRONCKART, 1999/2012), por exemplo. Nessa perspectiva, Navarro (2020) alerta sobre o trabalho com o gênero de texto com foco precisamente na estrutura, como se fosse base das finalidades sociais ou, somente na caracterização a partir da gramática, isto é, de aspectos normativos (gramatical, lexical e discursivo).

Desse modo, a confluência de agires, seja geral, seja linguageiro, é resultado das representações construídas sobre as situações sociais nas quais o agente está inserido, assim, o aprendizado possibilita e movimenta o processo de desenvolvimento do agente, a partir, evidentemente, da dimensão social. Isto é, o aprendizado é a garantia do desenvolvimento das características psicológicas humanas, mas também da sua forma de agir socialmente. É nesse sentido que os gêneros de texto – artefato cultural ou, ainda, um instrumento semiótico (VYGOSTKY, 2008; SCHNEUWLY, 2004) atuam como mediadores das ações sociais, pois, “os instrumentos têm a função de regular as ações sobre o objeto [...]”. Por sua vez, o signo é um instrumento psicológico e tem a função de regular os indivíduos, ajudando-os em suas atividades psíquicas (FIGUEIREDO, 2019, p. 38). A esse respeito, de acordo com as postulações de Bronckart (1999/2012, 2006), as atividades estão relacionadas a um sistema de ações, a uma ação de linguagem que, por sua vez, consiste em produzir, mas também compreender, interpretar, analisar e/ou memorizar um conjunto organizado de enunciados, cujo resultado final é o texto.

Dito de outra forma, cada texto empírico produzido é único, possuindo um estilo próprio e individual (BRONCKART, 1999), ou como lembra Benveniste (1970, 2006), reflete as semioses que o agente pratica em suas condutas verbais, únicas e irrepetíveis, convocando, portanto, deste, noções operatórias, ou seja, conhecimentos adquiridos e validados nas e para situações específicas. Logo, reconhecemos, desse modo, a importância do ISD para uma reflexão sobre o aparelho psíquico de produção de linguagem.

REFERÊNCIAS

ADAM, J.M. 1992. **Les textes types et prototypes**. Paris, Nathan.

ARAUJO, D. L.; SILVA, W. da. (org.). **Oralidade em foco: conceitos, descrição e experiências de ensino**. Campina Grande: Bagagem, 2013.



- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 261-306.
- BAZERMAN, C. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1970/2006.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério da Educação, 1998. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em 17 de junho de 2023.
- BRONCKART, J.-P. Introdução. In: BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. São Paulo: Mercado de Letras, 2006. p. 10-23.
- BRONCKART, J.-P. Ação, discurso e racionalização: a hipótese de desenvolvimento de Vygotsky revisitada. In: BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. São Paulo: Mercado de Letras, 2006. p. 59-91.
- BRONCKART, J.-P. Os gêneros de textos e os tipos de discurso como formatos das interações propiciadoras de desenvolvimento. In: BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. São Paulo: Mercado de Letras, 2006. p. 121-160.
- BRONCKART, J.-P. **O Agir nos Discursos**: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores. Tradução de Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras, 2008.
- BRONCKART, J.-P. A problemática do agir na filosofia e nas ciências humanas. In: BRONCKART, J.-P. **O agir nos discursos**: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores. São Paulo: Mercado de Letras, 2008. p. 13-68.
- BRONCKART, J.-P. Quadro e questionamento epistemológicos. In: BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sociodiscursivo. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2012 [1999]. p. 21-67.
- BRONCKART, J.-P. Os tipos de discurso. In.: BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sociodiscursivo. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2012 [1999]. p. 137-216.
- BRONCKART, J.-P. Os gêneros de texto, quadros organizadores da verdadeira vida dos signos. In: BRONCKART, J. P; BRONCKART, E. B. **As unidades semióticas em ação**: estudos linguísticos e didáticos na perspectiva do interacionismo sociodiscursivo. Campinas: Mercado de letras, 2017. p. 37-50.
- BULEA, E. Atividade linguageira, textualidade e significação. In: BULEA, E. **Linguagens e efeitos desenvolvimentais a interpretação da atividade**. Campinas: Mercado de letras, 2010. p. 63-75.
- CARNIN, A.; GUIMARÃES, A. M. de M.; LOUSADA, E. G. O Interacionismo Sociodiscursivo e as pesquisas em linguagem e desenvolvimento humano: um caminho conjuntamente trilhado. In: GUIMARÃES, A. M de M.; CARNIN, A.; LOUSADA, E. G (org.). **O Interacionismo Sociodiscursivo em foco**: reflexões sobre uma teoria em contínua construção e uma práxis em movimento. Araraquara: Letraria, 2020. p. 8-21 Disponível em: <<https://www.lettraria.net/o-interacionismo-sociodiscursivo/>>. Acesso em: 17 jun. 2023.

COUTINHO, A. Schematization (discursive) et disposition (textuelle). In: ADAM, J-M.; GRIZE, J.-B.; BOUACHA, M. A. (org.). **Texte et discours: catégories pour l'analyse**. Dijon: EUD, 2004. p. 29-42.

CRISTOVÃO, V. L. L.; VIGNOLI, J. C. S. Articulações teóricas para ações de didatização de gêneros em prol de letramentos acadêmicos. In: GUIMARÃES, A. M de M.; CARNIN, A.; LOUSADA, E. G (org.). **O Interacionismo Sociodiscursivo em foco: reflexões sobre uma teoria em contínua construção e uma práxis em movimento**. Araraquara: Letraria, 2020. p. 290-308. Disponível em: <<https://www.letraria.net/o-interacionismo-sociodiscursivo/>>. Acesso em: 17 jun. 2023.

DOLZ, J. .; SCHNEUWLY, B. .; MORETTO, M. .; WITKE, C. I. . Apresentação - Gênero de texto como um (mega)instrumento para o ensino e a aprendizagem da linguagem humana. **Diálogo das Letras**, v. 7, n. 2, p. 2-9, 2018.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Genres et progression orale etécrite: éléments de réflexions à propos d'une expérieromande**. Enjeux, 1996.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Curriculum et progression. Laproduction de textes écrits et oraux. In: **Actes du Colloque Ladéfnition des contenus de l'école pour tous**. Marseille, IUFM:d' Aix-Marseille, CD-ROM, 1997.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita – elementos para reflexões sobre uma experiência francófona. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p.41-70.

DOLZ, J.; ABREU-TARDELLI, L. S.; KOMESU, F. C. Contribuições da didática de línguas para o ensino e a pesquisa de letramentos e gêneros sob a perspectiva do interacionismo sociodiscursivo: entrevista com Joaquim Dolz. In: Abreu-Tardelli, L; Komesu, F. (org.). **Letramentos e gêneros textuais/discursivos: aproximações e distanciamentos**. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2018, v. 1, p. 128-138.

FIGUEIREDO, F. J. Q. A mediação e a ZDP. In: FIGUEIREDO, F. J. Q. (org.). **Vygostky: a interação no ensino/aprendizagem de línguas**. São Paulo: Parábola, 2019, p. 37-49.

GUIMARÃES, A. M. de M.; LOUSADA, E.; BUENO, L. O interacionismo sociodiscursivo: ampliando a visão. In. BRONCKART, J. P.; BRONCKART, E. B (org.). **As unidades semióticas em ação: estudos lingüísticos e didáticos na perspectiva do interacionismo sociodiscursivo**. São Paulo: Mercado de letras, 2017.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo universitário, 1989.

LOUSADA, E. G.; BUENO, L.; GUIMARAES, A. M. (org.) . **As unidades semióticas em ação: estudos lingüísticos e didáticos na perspectiva do interacionismo sociodiscursivo**. Campinas: Mercado de Letras, 2017.

MACHADO, A. R. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 237-259.



MACHADO, A. R.; GUIMARÃES, A. M. de M. O Interacionismo Sociodiscursivo no Brasil. In: CRISTOVÃO, V. L. L.; ABREU-TARDELLI, L. S (org.). **Linguagem e educação**: o ensino e a aprendizagem de gêneros textuais. São Paulo: Mercado de Letras, 2009. p. 17-42.

MAGALHÃES, T. G.; CRISTOVÃO, V. L. L. Letramento científico, gêneros textuais e ensino de línguas: uma contribuição na perspectiva do interacionismo sociodiscursivo. **Raído**, v. 12, n. 30, p. 52-72, 2018.

MATENCIO, M. L. M. Textualização, ação e atividade: reflexões sobre abordagem do Interacionismo Sociodiscursivo. In: GUIMARAES, A. M. de; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. (org.). **O interacionismo sociodiscursivo**: questões epistemológicas e metodológicas. Campinas: Mercado de letras, 2007. p. 51-63.

MEDRADO, B. P.; PEREIRA, R. C. M.; REICHMANN, C. L. (org.). **Ação-Texto-Formação**: pesquisas em LA sob a luz do ISD. 1. ed. João Pessoa: EDUFPB, 2020. v. 1

MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

NAVARRO, F. ¿ES MOMENTO DE ABANDONAR LOS GÉNEROS DISCURSIVOS? (Posfácio). In: MATIAS, R. B.; CRISTOVÃO, V. L. L.; LOUSADA, E. G. Géneros textuales/discursivos: académicos. **X SIGET - Simposio Internacional de Estudios sobre Géneros Textuales**: géneros textuales/discursivos, prácticas de lenguaje y voces del sur en diálogo / Richard Brunel Matias; Vera Lúcia Lopes Cristovão; Gouvêa Eliane Lousada. Córdoba: Fl copias, 2020. p. 274-275.

OLIVEIRA, H. A. G. **Um estudo do gerenciamento da escrita de textos na graduação em Letras por meio da ativação de capacidades e da mobilização de operações de linguagem**. 2021. 348 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

PASSEGGI, L. et al. A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: BENTES A. C., LEITE, M. Q. (org.). **Linguística de texto e análise da conversação**: panorama de pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010. p. 262-312.

PEREIRA, R. C. M. A constituição social e psicológica do texto escrito. In. PEREIRA, R. C. M; ROCA, P. (org.). **Linguística aplicada**: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2011. p.113-142.

RODRIGUES, L. M. F. S.; LEURQUIN, E. V. L. F.; BRONCKART, E. B. Contribuições do interacionismo sociodiscursivo para compreender o agir do estagiário. **Revista virtual de estudos da linguagem**, v. 18, p. 83-109, 2020.

SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In. SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J (org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de letras, 2004. p. 19-34.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Artigo recebido em: 22/02/2023
Artigo aprovado em: 22/05/2023
Artigo publicado em: 05/07/2023

COMO CITAR

OLIVEIRA, H. A. G.; PEREIRA, R. C. M. Texto, gênero textual e tipos de discurso: revisitando conceitos-chave na perspectiva do Interacionismo Sociodiscursivo. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 12, p. 1-18, e02310, 2023.

